

ROCHA MENDES, Leandro; **SILVA PIMENTEL**, Maria do Socorro da; **VELOSO BORGES**, Mônica (2010) (orgs.). *Cidadania, Interculturalidade e Formação de Docentes Indígenas*. Goiânia: Ed. da PUC. Goiás, 204 Pp. ISBN 978-85-7103-622-2.

Cidadania, Interculturalidade e Formação de Docentes Indígenas, livro organizado pelos professores Leandro Rocha Mendes, Maria do Socorro da Silva Pimentel e Mônica Veloso Borges traz um conjunto de artigos com reflexões e relatos de experiências acerca dos estudos e práticas pedagógicas realizados na matriz de Formação Básica do curso de Licenciatura Intercultural de Formação Superior de professores indígenas da Universidade Federal de Goiás (UFG), juntamente com a Universidade Federal do Tocantins. Conta, também, com a parceria da FUNAI, do Centro de Trabalho Indigenista e das secretarias de educação de Goiás, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso. Os temas abordados compreendem as questões sobre educação bilíngue, interculturalidade e formação de docentes indígenas.

No primeiro texto, intitulado *Reflexão político-pedagógica sobre educação bilíngue intercultural*, Maria do Socorro Pimentel da Silva, professora com longa experiência na área de educação escolar indígena, faz uma breve discussão sobre a educação escolar bilíngue intercultural, como uma iniciativa inovadora para os povos indígenas, por contemplar em seu processo educativo melhorias nas condições de vida dos povos indígenas, considerando as suas culturas, seus costumes, a valorização da língua materna, enfim, uma educação que vá ao encontro das necessidades de cada comunidade indígena.

Em *Educação indígena na área Xerente: apropriação e reforço cultural*, Joana Aparecida Fernandes Silva fala do fenômeno da multiplicação das escolas nas áreas Xerente, para, a partir daí, refletir sobre o significado da escola indígena para os Xerente. Ao abordar o problema da escolarização em áreas indígenas e apontar alguns dados históricos, os faz com base no livro “A questão da educação indígena”, de Araci Lopes (2001). Em seguida, a autora apresenta algumas informações etnográficas sobre os Xerente, caracterização e histórico da escola e uma breve discussão sobre o ensino intercultural entre os alunos Xerente. Há, no entanto, um erro de regência verbal no seguinte parágrafo do artigo da autora que compromete o sentido do enunciado: “A constituição de 1988, em seu artigo 231, que reconhece aos índios o direito à diferença, ao seu território e a sua língua **vem de encontro** a uma preocupação anterior a essa data e, inicialmente, de organizações não governamentais, do tipo da Comissão Pró-Índio e Operação Amazônia Nativa, Centro de Trabalho Indigenista (Cavalcante, 2003 e Monte, 2000). Essa preocupação centrava-se em um ensino mais adequado às características das culturas indígenas, ao respeito à cultura e particularidades étnicas, ao ensino bilíngüe e formação de professores indígenas” (p.20-21). Mas, vale destacar que isso não compromete a importância e qualidade do texto em suas discussões como um todo.

Odair Giraldin, autor do texto *Aculturação e interculturalidade no Brasil: duas faces (duas fases) de uma mesma moeda?*, traz uma interessante e produtiva discussão sobre os conceitos de aculturação e interculturalidade. O autor fala dos desafios da construção do curso de Licenciatura Intercultural, ressaltando o aprendizado dialógico que tal experiência proporcionou. Cita os artigos 210 e 231 da Constituição Federal, para, a partir deles, discutir as bases da educação escolar indígena, questionando os conceitos de difusão, aculturação,

multiculturalidade e interculturalidade. Com base em Tubino (s/d), Giralдин apresenta os conceitos de interculturalidade crítica e interculturalidade funcional, apontando o reducionismo da primeira ao se limitar a uma abordagem meramente funcional no contexto da educação indígena, semelhante ao conceito de aculturação, entendida apenas como perda cultural.

As relações entre ciências e saberes locais e suas implicações para a prática do professor indígena: relato de uma experiência junto aos alunos do curso de Licenciatura Intercultural, de autoria de Leandro Mendes Rocha e Mônica Veloso Borges, traz relatos de experiências com os alunos indígenas da 1ª turma do curso de Licenciatura Intercultural da UFG, quando ministraram aulas sobre pesquisa e elaboração de projetos. O texto apresenta ao leitor uma interessante discussão sobre pesquisa, relacionando-a às diversas formas de conhecimento, a relação entre o “senso comum” e a “ciência. São discutidas, também, questões como: a proposta do Curso de Licenciatura Intercultural e os papéis dos intelectuais nas sociedades não-indígenas.

Ao discutir a relação entre língua e identidade em *Linguagem, identidade étnica e a experiência intercultural*, Christiane Cunha de Oliveira considera três aspectos importantes: a compreensão da língua como capacidade individual de expressão; como instrumento de comunicação em sociedade, como marca de identidade sociocultural e a língua como fenômeno dinâmico, pois, segundo Oliveira, discutir uma experiência intercultural pressupõe refletir sobre essas questões. As experiências apresentadas são resultantes do convívio da autora com as seguintes etnias: Xerente, Gavião, Tapuio, Apinajé, Krahô e Umatilla.

Maria do Socorro Pimentel em “*Ensino e aprendizagem de línguas numa perspectiva bilíngue intercultural*”, apresenta sua experiência pedagógica de estudo de línguas realizado com os alunos Karajá, Javaé e os Karajá/Xambioá. Os dados apresentados e analisados por Pimentel são resultados das aulas ministradas em 2007 e 2008 para os alunos indígenas do curso de licenciatura Intercultural, porém, antes de relatar tal experiência, a autora faz um breve comentário sobre a história e criação do curso. Pimentel ainda discute sobre a educação bilíngue no currículo das escolas indígenas a disciplina de Língua Portuguesa e Língua indígena na maioria das escolas indígenas brasileiras. Por fim, a autora relata sua experiência com as aulas referentes às disciplinas de Línguas Indígenas e o Português Brasileiro I e II. Nesse relato, a autora apresenta e analisa os tópicos trabalhados nas duas disciplinas: Variedade dialetal das línguas, Sons semelhantes e diferentes em Karajá e Português, Diferenças dialetais entre as línguas Karajá, Javaé e Xambioá, Processos de formação de palavras e Processos de derivação e composição. O texto de Pimentel apresenta ao leitor uma proposta de educação bilíngue pautada numa concepção de língua que considera o seu contexto de uso, seus aspectos extralinguísticos e pragmáticos, em que, como finaliza a autora, é um ensino de língua que envolve, não apenas o sistema linguístico, mas seus aspectos de “ordem política, sociolinguística, histórica e pragmática”, ou seja, a língua em seu funcionamento real.

Em “*Línguas indígenas e o português brasileiro*”: a experiência com os alunos Tapirapé, Mônica Veloso Borges trata da contribuição do estudo da Fonética, da Fonologia e da Morfologia para o curso de Licenciatura Intercultural da UFG, resultado de sua atuação, também, como professora nas disciplinas “Línguas indígenas e o Português Brasileiro I e II, com os alunos Tapirapé em 2007 e 2008. Ela apresenta e discute a metodologia utilizada nas aulas ministradas, destacando-a como bastante produtiva por privilegiar o diálogo entre as várias áreas do conhecimento. Ao falar de sua experiência com os professores Tapirapé, descreve

com detalhes como foram trabalhados os conteúdos do programa proposto, destacando a relação entre teoria e prática proporcionada pelas atividades desenvolvidas, o que levou os alunos a refletirem sobre o funcionamento de sua própria língua, além de relacionar esse conhecimento com o próprio trabalho pedagógico num contexto bilíngue e intercultural. Temos aqui, sem dúvida, mais uma rica experiência pedagógica que pode contribuir para os cursos de formação docente de indígenas no Brasil.

Outro artigo interessante da obra é de Tânia Ferreira Rezende Santos, intitulado *Experiência de escrita e reescrita de textos em português por alunos indígenas da licenciatura intercultural da UFG*, no qual a autora descreve sua experiência pedagógica em relação ao trabalho de escrita e reescrita de texto com os alunos Xerente, Gavião e Tapuia durante as aulas da disciplina “Português Intercultural I”, referentes à segunda etapa do curso realizada em Goiânia. O texto divide-se nos seguintes tópicos: “O caráter legal de estigmatização linguística dos brasileiros minorizados” e “A gramática normativa e a estigmatização como conteúdo escolar”, “Atividade de escrita e reescrita de textos”, “Sobre os diferentes gêneros textuais”, “Sobre a interação entre oralidade e escrita” e “Sobre a interação entre línguas indígenas e a língua portuguesa”. Este traz, também, como outros textos uma interessante discussão acerca da temática da obra, além de mostrar ao leitor um bom trabalho de escrita e reescrita de textos com alunos indígenas, considerando os gêneros textuais.

Em *Atividades de reescrita de textos numa sala de aula intercultural*, André Marques do Nascimento também traz a experiência pedagógica de escrita e reescrita de texto com professores/alunos indígenas Karajá, Javaé e Guarani no curso de licenciatura já citado anteriormente. Sugere, ainda, a partir dessa experiência positiva, como afirma o autor do texto, algumas possibilidades de trabalho com a escrita e reescrita de texto num contexto de educação intercultural. É um texto que apresenta ao leitor uma boa reflexão sobre o trabalho com o português escrito num contexto de ensino bilíngue intercultural.

Os autores Rosane Rocha Pessoa, Marco Túlio Urzêda de Freitas, Ana Paula Massi de Oliveira e Silva apresentam em *Reflexão sobre uma experiência de inglês intercultural construída com professores-indígenas Tapirapé*, um relato de experiência das aulas de inglês ministradas aos alunos Tapirapé do curso de inglês intercultural. O principal objetivo desse estudo, segundo os autores, foi refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem do inglês intercultural para alunos indígenas de modo a construir e planejar melhor as etapas futuras do curso. Antes, porém, dessa reflexão, é feita uma discussão sobre o ensino crítico de língua inglesa, tomando por base alguns autores da área, como: Pennycook (1998), Ortiz (2006), entre outros. Enfim, neste texto, o leitor encontrará um estudo interpretativista que descreve situações de aulas observadas durante de um curso de inglês intercultural ministrado para alunos indígenas, no caso, os Tapirapé.

O último texto do livro, *Perspectivas linguístico-culturais de professores-universitários indígenas no processo de ensino e aprendizagem de língua inglesa no curso superior indígena de Licenciatura Intercultural da UFG: leitura e interpretação de textos em foco*, escrito por Rodrigo Guimarães Prudente Marques Cotrim, como o próprio título anuncia, traz o relato de sua experiência enquanto professor de inglês do curso de Licenciatura Intercultural. Com base nessa experiência pedagógica, Cotrim faz uma análise do processo de ensino e aprendizagem de inglês para alunos indígenas, destacando-se as estratégias metodológicas utilizadas durante as aulas, destacando a valorização dos contextos de uso da língua para a compreensão dos sentidos, a partir de

uma perspectiva dialógica, a partir dos pressupostos teóricos de Bakhtin (2003).

Registramos aqui algumas observações quanto às questões formais da obra, tais como: a não indicação de páginas, nas referências bibliográficas, do artigo *Uma “Antropologia da Educação” no Brasil? Reflexão a partir da escolarização indígena*, de Aracy Lopes da Silva, referenciado pela autora Joana Aparecida Fernandes Silva; em alguns textos encontramos problemas de regência verbal: “o receio de **contribuir com a decadência** da cultura indígena por meio do ensino de inglês era uma ideia...” (p.157), “**contribuindo com o acesso** de professores indígenas ao ensino superior e aos recursos tecnológicos que daí provém” (p.169), enfim, pequenos detalhes formais e linguísticos que devem ser corrigidos para as próximas edições.

Sem dúvida, as experiências pedagógicas e as reflexões apresentadas nesta obra contribuirão muito para os diálogos referentes à educação indígena no Brasil, especialmente, em se tratando de uma proposta de uma educação bilíngue intercultural que busca pela autonomia dos povos indígenas na construção de seus projetos educacionais. Além do mais, ao contemplar temas como a interculturalidade e educação bilíngue em suas reflexões, os autores/professores, além de oferecer ao leitor, sugestões de propostas metodológicas para o trabalho pedagógico com alunos indígenas, possibilitaram, também, aprofundar um pouco mais as discussões sobre tal assunto no campo da educação escolar indígena.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail (2003). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- CAVALCANTE, Lucíola I. P. (2003). Formação de professores na perspectiva do movimento dos professores indígenas da Amazônia. *Revista Brasileira de Educação*, n.22, jan/fev/mar/abril, pp. 14-24.
- LOPES DA SILVA, Aracy (2001). Uma “Antropologia da Educação” no Brasil? Reflexões a partir da escolarização indígena. In A. Lopes da Silva; M. K. L. Ferreira. (orgs.). *Antropologia, História e Educação: uma questão indígena e a escola*, pp. 29-43. São Paulo: MARI/FAPESP/Global.
- MONTE, Nietta L. (2000) E agora, cara pálida? *Educação e povos indígenas 500 anos depois*. In *Revista Brasileira de Educação*, n. 15, set/out/Nov/dez, pp.118-133.
- ORTIZ, Renato (2006). *Mundialização: saberes e crenças*. São Paulo: Brasiliense.
- PENNYCOOK, Alastair (1998) A linguística aplicada nos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In I. Signorini; M.C. Cavalcanti (orgs.). *Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*, pp. 23-49. Campinas: Mercado de Letras.
- TUBINO, Fidel. (s/d). *Del interculturalismo funcional al interculturalismo crítico*. Disponível em: http://www.pucp.edu.pe/ridei/pdfs/inter_funcional.pdf

Mônica Cidele da Cruz
PG - IEL/UNICAMP
monicacruz@ibest.com.br

Recebido: 24/4/2011
Versão revista: 0/5/2011
Aceito: 15/5/2011.